

Depois do *11 de setembro*: a *(in)*conveniência da guerra ao terror*

Felipe Mellini*

Resumo

Depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, a retórica oficial dos EUA de guerra ao terror legitimou a sua política imperial e serviu de diretriz à sua Política Externa durante o governo Bush, que adotou o terrorismo islâmico como novo inimigo ao modo de vida americano. A invenção oficial de um inimigo conveniente, organizado em rede, serviu para justificar a realização de uma política de ataques preemptivos como pretexto para a intervenção nas regiões do planeta em que os interesses estratégicos dos EUA estivessem em jogo.

Palavras-chave: Conflitos Assimétricos; Ataques Preemptivos; 11 de Setembro.

Abstract

After the September 11, 2001 attacks, the official US rhetoric of war on terror legitimized its imperialist policy and served as root of its foreign policy during the Bush administration, which designated Islamic terrorism as the new enemy of the American way of life. The official invention of a convenient, networked enemy justified the implementation of a policy of preemptive attacks as an excuse for US intervention in areas of the globe where its interests were at stake.

Key words: Asymmetric Conflicts; Preemptive Attacks; September 11.

*Agradeço aqui ao meu orientador Prof. Dr. Sidnei José Munhoz do DHI-UEM pelo incentivo e colaboração na presente pesquisa.



* **FELIPE MELLINI** é Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá e pesquisador vinculado ao Laboratório de Estudos do Tempo Presente - UEM



Introdução

Dois anos antes dos atentados que abalaram a opinião pública nos EUA, a **U.S Commission on National Security/21st** emitiu um relatório alertando para o fato de que a crescente influência dos EUA ao redor do mundo poderia aumentar o nível de hostilidade contra a própria nação. Ademais, apontavam para a possibilidade de grupos extremistas adquirirem armas de destruição em massa e as utilizarem contra o território estadunidense. A criação e o desenvolvimento de novas tecnologias, à medida que alavancavam a superioridade militar daquela nação, geravam também condições para a elaboração de estratégias assimétricas de guerra por parte desses grupos, podendo vir a se constituir em um problema real aos interesses da superpotência.

O alerta quanto ao aumento da hostilidade ao redor do mundo

decorrente da crescente intervenção dos EUA é compartilhado pelo historiador e ex-consultor da CIA, Chalmers Johnson. Em seu livro **Blowback: The Costs and Consequences of American Empire**, publicado um ano antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, Johnson evidencia que, após a queda do muro de Berlim, a política externa daquela nação passou por algumas transformações. Com o fim da URSS, surgiu a possibilidade de uma expansão de maiores proporções para os EUA, sem o jogo de tensões e equilíbrio que configuravam a Guerra Fria. Em decorrência, está a ocorrer, desde então, um adensamento das intervenções dos EUA em outras regiões do planeta, por meio da manutenção e expansão de seu complexo militar-industrial, que conta com mais de 800 bases espalhadas por todo o mundo. Para o autor, essa política de cunho imperialista adotada pelos EUA tem causado reações, como o aumento do sentimento de

antiamericanismo nas regiões que sofrem influência direta destas ofensivas. Nesses termos, poderíamos afirmar que o *11 de setembro* seria a consequência das ações dos Estados Unidos no exterior e das configurações assimétricas de forças internacionais e das novas tecnologias militares posteriores à Guerra Fria.

Inventando o Inimigo

É por meio das intervenções e das subsequentes guerras e ameaças que o governo Bush sustentou e justificou um aumento exorbitante do orçamento militar em seu primeiro mandato. Tendo como prerrogativa a disseminação dos valores ocidentais, como a democracia e o livre-mercado, o governo Bush procurou agir de forma unilateral, abdicando de uma diplomacia confiável e do direito internacional. O caráter prepotente de suas operações pretendeu subjugar os valores culturais dos países em questão, operando, ao menos durante o primeiro mandato, com a tese tácita do choque de civilizações.

A não aceitação da democracia nos moldes estadunidenses por parte dos países que sofreram diretamente as suas intervenções e embargos não significava que fossem necessariamente contrários a uma forma de governo mais democrático e pluralista, mas sim que estavam à procura de um modelo democrático que fizesse frente às suas realidades, sem intervenções externas.

Em 2009, com a ascensão do governo Obama, elaborou-se uma nova retórica oficial, inventada para criar, no âmbito da política externa, uma suposta distintividade em relação ao governo Bush ao se afirmar a cooperação com as instituições e temas de governança global, como a ONU e agendas de sustentabilidade ambiental. Emblematicamente, o novo presidente visitou Cairo e Gana para afirmar que cada nação deveria buscar o seu caminho para a democracia, embora não sem sugerir, tacitamente, um modelo de

etapas a serem cumpridas para se construir um “mundo de multiparceiros” (VIANNA, 2010).

Dessa forma, as intervenções armadas do governo Bush em assuntos de outros países tinham a premissa subjacente de que os regimes bárbaros e tiranos seriam imunes a mudanças internas, de modo que somente por meio da força haveria a possibilidade de extinguir os regimes

opressores e difundir os valores ocidentais (estadunidenses) e as suas instituições políticas e legais. No entanto, a difusão de valores e de instituições através de súbita imposição por uma força estranha só é possível quando estão presentes no local as condições que os tornem adaptáveis e aceitáveis. A democracia, os valores ocidentais e os direitos humanos não são como produtos tecnológicos, cujos benefícios podem ser adotados de uma mesma maneira por todos os que têm



condições de usá-los (HOBSBAWM, 2007: 18-19).

Nesse sentido, quando o governo de um país afirma que está fazendo uma *batalha monumental entre o bem e o mal*, há sempre relações assimétricas de força no campo em que se define quem é *bem* e quem é *mal*. Assim, em discursos como “*os EUA foram alvo de ataques porque nós somos a mais resplandecente chama da liberdade e das oportunidades no mundo. Ninguém impedirá essa luz de continuar brilhando*” (BUSH, 2001), há um senso de missão ou destino inexorável, de bem conspurcado pelo mal:

Eles nos odeiam porque nós representamos uma nova ordem mundial de capitalismo, individualismo, secularismo e democracia que deveria ser a norma em toda a parte. É por isso que eles nos odeiam... (STEEL, 2001) Os responsáveis agiram pelo ódio que nutrem contra os valores prezados no Ocidente, tais como liberdade, tolerância, prosperidade, pluralismo religioso e voto universal (SCHMEMANN, 2001).

E bem sabemos que os arautos da tese do “choque de civilizações” têm à sua disposição o maior complexo industrial-militar do mundo. Esses discursos ideológicos de vítima missionária da democracia são desproporcionais com o fato de que Al-Qaeda não tinha originalmente preocupações com a globalização e a hegemonia cultural imposta pelos EUA. As causas de a organização ter se voltado contra este país têm a ver com as suas intervenções em alguns lugares considerados sagrados por estes grupos. É a partir da Guerra do Golfo, em 1990-1991, com a ocupação de bases militares na Arábia Saudita, que grupos extremistas islâmicos voltaram-se especificamente

contra os EUA, pois lá se encontram os lugares mais sagrados para o Islã.

Embora não se possa dizer que tenham sido desejados pelo governo Bush, o fato é que os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 possibilitaram que os EUA reelaborassem a sua política externa e orçamento militar, intensificando as intervenções unilaterais no cenário geopolítico mundial, além de priorizar meios coercitivos (a resposta por meio das armas em vez da diplomacia, da cooperação internacional e da negociação) para lidar com suas questões de segurança e interesses estratégicos. Com isso, houve o adensamento de políticas unilaterais por parte dos EUA, em detrimento de um maior diálogo com a comunidade internacional, abdicando das leis e jurisdições internacionais. O motivo disso, e aqui nos apropriamos da ideia de Noam Chomsky (2002), reside em um princípio incrustado à longa data nos EUA: o direito de agir unilateralmente, acima das leis e dos tratados internacionais.

Relações de força que definem os agentes do Terror

De acordo com o **U.S. Army Field Manual No. FM 3-0** (Chapter 9, 37, 14 de agosto de 2001), o terror é o uso premeditado da violência, ou da ameaça da violência, para atingir metas ideológicas, políticas ou religiosas mediante intimidação, coerção ou instilação do medo. Em 2002, depois dos ataques de 11 de setembro, Chomsky ressaltava a imprecisão da utilização desse conceito. O autor alerta que, se ponderarmos sobre a política oficial dos EUA de “guerra de baixa intensidade”, veremos que tal política não destoa em grandes proporções do que é considerado como terrorismo e combatido pela mesma nação.

Durante o governo Bush, a utilização da palavra terrorismo serviu para que se deixasse de lado qualquer tipo de contextualização histórica sobre os acontecimentos, emergindo como uma espécie de entorpecente da realidade factual, tendo por objetivos eliminar toda a discussão sobre o assunto e assustar as pessoas comuns (FISK, 2007). Dessa forma, podemos inferir que é por meio da sensação de medo causada pela ameaça do terror que a maioria da população aceitou que o governo adotasse medidas autoritárias sobre o assunto, passando por cima dos direitos humanos e das leis internacionais. Assim sendo, a retórica oficial da ameaça terrorista serviu para criar um inimigo objetivo e difuso para manter um estado de medo permanente em grande parte da população.

Uma citação de Marta Fernández y Garcia Moreno (2009: 104) possibilita-nos elucidar, de forma mais estrutural, a questão do uso de conceitos antitéticos em contextos assimétricos de força que definem a legitimidade do uso da violência por *atores estatais* contra *atores não-estatais*:

Foi no contexto da modernidade que o Estado adquiriu o status de único ator com legitimidade para empregar a força com justiça e proteger seus cidadãos. O corolário desse monopólio do uso legítimo da força que passou a ser exercido pelos Estados soberanos foi, por um lado, colocar na ilegalidade e criminalizar o uso da força por parte de atores não-estatais e, por outro lado, a impossibilidade conceitual de atribuir atos terroristas aos Estados, visto que o interesse do soberano passou a servir como condição suficiente para garantir a justiça do conflito.

Na esmagadora maioria das vezes, o terror é utilizado pelo poder dominante,

que define quem é criminoso por tomar uma atribuição punitiva que pertenceria aos poderes soberanos estatais. Portanto, aqueles grupos que fundem seus interesses à pessoa moral e dispositivos do Estado – e, assim, reivindicam veladamente o poder discricionário sobre valores, coisas e pessoas a serem defendidos de (ou tratados como) ameaças (“não-estatais”) – são os efetivos reivindicadores do monopólio do uso legítimo da força. Respondendo criticamente ao uso de conceitos em contextos assimétricos de força, podemos dizer que existem dois tipos de terror: o que agride o Estado e o que agride a partir do Estado.

Estratégia de *Preemptive Attacks*

A adoção de uma política externa intervencionista, unilateral, armamentista e imperial se constituiu na principal medida encontrada pelos EUA como resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001. A partir de então, o governo Bush veiculou o conceito de *guerra ao terror* à sua política imperial, correspondendo às expectativas do *lobby* do petróleo, da indústria de armamento e dos tele-evangélicos, que apoiaram a sua campanha presidencial. O fato de lutar contra um inimigo difuso – ao invés de um Estado Nacional – possibilitou legitimar as ações de sua estratégia de *preemptive attacks*.

Segundo Bandeira (2009), a luta assimétrica na forma como se constitui a *guerra ao terror* surgiu como um novo tipo de combate, pois não foram os mais fortes que apontaram as armas, mas o contrário, ou seja, os mais fortes tornaram-se *vítimas*. Com os ataques de 11 de setembro de 2001, a utilização de táticas não-convencionais de guerra pelos *agentes do terrorismo* levou o governo Bush a repensar toda a sua estratégia de defesa, mas também possibilitou, durante o seu primeiro

mandato, a criação de uma propaganda oficial que legitimava um estado permanente de guerra e medo de uma suposta ameaça terrorista.

Segundo Eliot Weinberger (2003: 51), o governo Bush cometeu o equívoco de converter um pequeno grupo de criminosos em um inimigo de grande envergadura, buscando legitimar a intervenção militar deste país em qualquer lugar onde pudesse haver células terroristas (e interesses de assegurar acesso, tráfego e domínio de recursos energéticos). Outro ponto foi a construção de uma retórica diplomática de alinhamento automático, na qual cada nação teria de tomar a decisão de estar com os EUA ou com os terroristas, ou seja, houve uma restrição do espaço de negociação: deveria haver uma aceitação incondicional dos interesses estadunidenses, sob a ameaça de que os países que não concordassem com as medidas adotadas pelos EUA estariam do lado dos terroristas (DA SILVA; ZHEBIT, 2009).

Para Bush, em especial durante o seu primeiro mandato, a guerra não seria vencida na defensiva, mas por meio da intervenção armada. Foi através da adoção de uma política de *preemptive attacks* que surgiu a possibilidade de um maior controle por parte dos EUA na região do Oriente Médio e da Ásia Central. Apesar da importância, os objetivos dos EUA nessas regiões não estavam voltados apenas às grandes reservas de petróleo, mas também se constituíam no apoio às indústrias bélicas, que cresceram de forma significativa logo após os atentados e tiveram ampla liberdade de experimentar novas tecnologias de armamentos dentro e fora dos EUA.

Considerações finais

A compreensão acerca dos pontos aqui levantados auxilia na percepção sobre alguns dos principais elementos na política externa dos EUA que tocaram a chamada *guerra ao terror*. Depois dos ataques de 11 de setembro de 2001, o governo Bush pôde legitimar na propaganda oficial a estratégia de *preemptive attacks*, justificando a sua intervenção imperial no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003). O fato de Al-Qaeda se constituir em um inimigo difuso, organizado em redes e que utiliza táticas não-convencionais de guerra contribuiu para semear um estado de medo permanente na população dos EUA.

Ao seguir a estratégia de *preemptive attacks*, o governo Bush se desobrigou de seguir os tratados e as leis internacionais, agindo de forma agressiva e unilateral. Desta forma, podemos observar na retórica que embasava a política externa estadunidense a necessidade de uma provocação para que suas ações fossem justificadas. Havia, portanto, a tentativa de uma construção ideológica do terrorismo como sendo o novo inimigo de Estado a ser combatido, em substituição do comunismo durante a Guerra Fria.

No entanto, o tipo de unilateralismo do primeiro mandato mostrou-se, em longo prazo, politicamente insustentável e economicamente muito caro. Na metade do segundo mandato, com a popularidade caindo, o prenúncio de uma crise financeira e o evidenciado engodo da justificativa oficial que levou à intervenção no Iraque, o governo Bush foi abandonando o tom oficial do primeiro mandato. Com o advento do governo Obama, a estratégia de engajamento num “mundo de multiparceiros”, embora pensada para sustentar uma imagem oficial de

contraste ao governo Bush, parece muito mais uma forma seletiva a pragmática de compartilhar prejuízos e custos do passado recente (VIANNA, 2010).

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARBER, Benjamin. **Fear's Empire: War, Terrorism, and Democracy**. New York: W. W. Norton & Company, 2003.

BUSH, G.W.. Responderemos com o que temos de melhor. **Folha de S. Paulo**, 12/09/2001.

CHOMSKY, Noam. **11 de Setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. **Estudos Avançados**, 16 (44), p. 5-33, 2002.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira; ZHEBIT, Alexander (Org.). **Neoterrorismo: Glossário e Reflexões**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

FISK, Robert. A Al Qaeda não depende de Bin Laden. **História Viva**, n. 49, 4p., 2007.

HOBSBAWM, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

JOHNSON, Chalmers. **Blowback: the Costs and Consequences of American Empire**. New York: Metropolitan/Owln book, 2000.

PROJECT FOR THE NEW AMERICAN CENTURY. Disponível em <http://www.newamericancentury.org/statementsprinciples.htm>. Acesso em 10.08.2011

SCHMEMANN, Serge. War Zone; What Would 'Victory' Mean? **The New York Times**, 16-09-2001.

STEEL, Ronald. The Weak at War With the Strong. **The New York Times**, 14/09/2001.

U.S. ARMY FIELD MANUAL No. FM 3-0, Chapter 9, 37, 14 de agosto de 2001.

VIANNA, Alexander Martins. Paradoxos da Política Externa de Barack Obama – Anno Primo. **Espaço Acadêmico**, Vol. 9, n.105, p.112-132, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 6. Ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1989.

WEINBERGER, Eliot. **9/12: New York After**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.